

Editorial 128 - A execução orçamental no 1.º Trimestre de 2025

Por: Heitor Carvalho

Despesa por natureza

Tradicionalmente, os juros e subsídios, são parcialmente excluídos dos Relatórios de Execução do OGE (REOGE), reduzindo a despesa. Isso torna-se claro pela diferença, no final do ano, entre os juros e subsídios registados pelo MinFin no Relatório de Fundamentação (RF) do OGE do ano seguinte e a soma dos REOGE trimestrais do mesmo MinFin.

A despesa real aumenta 121%, mas representa apenas 20% do orçamentado. Por aqui se vê a falta de proporção na despesa orçamentada para este ano!

A despesa representa 323% (!?) da receita não-petrolífera, contra 244% em 2024 e 240% no OGE. Como é possível viver assim, gastando constantemente muito mais do que o que se recebe!

A despesa aumenta em vez de se reduzir de forma proporcional à redução da receita! Do que se está à espera? De um milagre ou de uma nova crise igual às de Outubro de 2019 e Junho de 2023?

A distribuição percentual da despesa é a seguinte:

- juros 23,3%, contra 17,4% em 2024 (mas na execução de 2024 apresentada no RF25 representaram 28,0%!). É esta a maior despesa do Estado!
- Investimentos 22,3%;
- remunerações 21,1%%;
- subsídios a preços, nomeadamente combustíveis, 0%, quando, no RF24, representaram 16%!
- Bens 11,3% (foram 6,0% em 2024)
- Serviços 8,0% (foram 12,3% em 2024)
- Transferências para as famílias 6% (5% em, 2024)!

Notas:

- com o registo completo dos subsídios a preços e dos juros, as suas percentagens sobem naturalmente, e todas as restantes baixam!
- há uma inversão muito positiva entre bens e serviços; Parabéns!
- é absolutamente insustentável a participação dos juros na despesa do Estado; esta rubrica não deve ultrapassar 5%; é, pelo menos, necessário reduzir a dívida em 50% até 2032, o que representa um esforço financeiro enorme, que exige a eliminação de toda a despesa supérflua!
- O peso dos “investimentos” é também insustentável; não é possível ter uma despesa de funcionamento (salários, bens e serviços) com um peso de 30,2% e “investimentos” com um peso de 22,3%; os investimentos não poderão de forma alguma funcionar sem despesa de funcionamento! Por isso nada funciona e os investimentos se transformam em desperdício!
- além disso, pelo menos no OGE25, 40% do “investimento” é dirigido para coisas supérfluas como instalações, viaturas, mobiliário e outros, que devem ser reduzidos a quase zero, aumentando-se o período de vida útil e eliminando o luxo!
- os restantes 60% devem ser otimizados e adequados à despesa de funcionamento, reduzindo-se o total de 22% para cerca de 10% da despesa!
- em contrapartida, a despesa de funcionamento, é claramente insuficiente para os nossos níveis de produtividade e deve aumentar de imediato para permitir que os investimentos verdadeiros funcionem e depois manter-se em percentagem, melhorando-se os serviços públicos à custa de programas de ganhos de produtividade, nomeadamente, fixando-se indicadores para cada posto de trabalho;
- os subsídios a preços, que não constam, mas nem por isso deixam de existir, devem ser substituídos por subsídios ao transporte colectivo de passageiros urbanos (táxis e autocarros) e

à agricultura, cujo custo total não ultrapassa os 400 mil milhões anuais, contra os mais de 3 biliões que se gastaram no subsídio geral cego em 2024!

- considerando os níveis de pobreza oficiais acima dos 40%, as transferências para as famílias devem aumentar consideravelmente, passando de 6% para pelo menos 18% da despesa!

Despesa por função

Nesta análise vamos privilegiar a distribuição da despesa.

Incluimos a segurança pública no sector social. Esta, despojada dos gastos com os órgãos de polícia destinados a proteger o Estado (guarda fronteiras, polícia diplomática, segurança de Estado, etc), constitui um gasto social e económico que, na dúvida, considerámos como gasto social.

- Educação: decresce cerca de 10% em termos reais e o OGE é executado a cerca de 12%! devia crescer dos actuais 6,0% para mais do dobro, 14,5% (+8,5 p.p.);
- Saúde: decresce cerca de 1% em termos reais e o OGE é executado a apenas 16,5%! devia crescer dos actuais 7,4% para cerca do dobro, 13,0% (+5,6 p.p.);
- Protecção social: desce cerca de 2% em termos reais e o OGE é executado a apenas 13,5%;
- Habitação e serviços comunitários: cresce cerca de 62% em termos reais e o OGE é executado a mais de 39%;
 - esta despesa está concentrada na construção de habitação para a classe média (centralidades) e infraestruturas, também sobretudo dirigidas para as zonas urbanizadas. Nada disto deveria ser pago pelo OGE. A habitação da classe média deve ser resolvida pelo mercado e as infraestruturas devem ser executadas por entidades empresariais lucrativas, públicas ou privadas; o que cabe ao Estado, como função, é a habitação social que é inexistente.
 - As transferências sociais directas (reformas, subsídios de desemprego, rendimento mínimo - Kwenda, etc) e a habitação social devem quase duplicar dos actuais 14% (a maior parte dos quais não é social) para 30,0% da despesa (+21,4 p.p.). Num país onde a pobreza monetária atinge 40%, esta necessidade imperiosa de apoios sociais directos para a integração de vastas franjas da sociedade leva-nos a propor para a educação e saúde metas mais baixas do que as que constam dos compromissos africanos;
- O apoio à economia cresce cerca de 8% em termos reais, com uma execução do OGE de apenas 18%; esta rubrica devia crescer dos actuais 11,2% para 15,0% (+3,8 p.p.);
 - Dentro desta rubrica, os valores destinados à agricultura são ridículos, crescendo 343%, mas com uma execução orçamental de apenas 4,3%!
- Defesa: cresce 33% em termos reais, com uma execução orçamental de 45%! Devia decrescer drasticamente dos actuais 13,6% para 3,5% (-10,1 p. p.)!
- Serviços Gerais - burocracia de Estado: decresce quase 18% e tem uma execução orçamental de apenas 10,3%; devia decrescer dos actuais 11,1% para 3,5% (-7,6 p. p.)!
 - Note-se que este valor não é verdadeiro porque nele não estão incluídos os subsídios a preços que representam cerca de 17% da despesa o que atiraria esta rubrica para 28% da despesa, cerca de 10 vezes maior do que o que deveria ser!
 - Este é o PROBLEMA PRINCIPAL DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR RUBRICAS!
- Juros: sobem 62% em termos reais, mas têm uma execução orçamental de apenas 19%; deviam decrescer dos actuais 23,7% para 10,0% (-13,3 p. p.)!
 - E, como dissemos, esta rubrica é tradicionalmente reduzida nos REOGE!
- Os gastos do Estado consigo próprio (Defesa, burocracia e juros) atingiram 47% da despesa quando se deveriam ficar por 17%. E isto sem contar com os subsídios a preços (+17%) e a correcção dos juros (indeterminada).

- É neste gastar com o Estado em detrimento dos cidadãos e das empresas que reside o principal problema da nossa despesa governamental!

Dívida

Valorizando toda a dívida em ME ao câmbio apresentado pelo MinFin no REOGE (Valor da dívida externa em Kwanzas dividido pelo valor da dívida externa em USD)¹, o stock de dívida governamental passa de 53,2 biliões, em 2019, para 56,7 biliões, em 2024. Num quadro em que o MinFin reporta sucessivos saldos fiscais positivos para onde foi esse excedente e o valor de quase 3,5 biliões de crescimento da dívida, desde 2019?

Poderá resultar dos problemas de cálculo da execução que reportámos anteriormente, mas há que proceder a uma cuidada análise pela PGR para se apurarem eventuais indícios de desvios.

Comparando o 1.º Trimestre de 2025 com o final de 2024, a dívida governamental passa de 55,1 para 56,7 biliões, crescendo cerca de 1,6 biliões (2,9%), dos quais, cerca de 0,6 biliões em ME, principalmente OTs indexadas e +1,0 biliões em moeda interna. A redução da dívida em 2024 foi anulada no 1.º trimestre de 2025! O Tesouro não foi capaz de rolar a dívida externa e foi obrigado a compensar esta perda com dívida interna em ME e sobretudo com dívida interna!

¹ Nota-se que o câmbio no final do 1.º Trimestre é, usando este cálculo, de 912,008, quando devia ser de 912,000, segundo o BNA. Não parece que altere a análise.